



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**  
**FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE**

**ATA DA 4ª REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À  
FORMAÇÃO DOCENTE**

Aos quatorze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dez (2010), no horário de 9:30 às 12:00 h, foi realizada no Auditório da Secretaria de Infra-estrutura - SEINFRA, a 4ª. Reunião do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente. Participaram da reunião: a presidente do Fórum, Profa. Izolda Cela, Secretária da Educação, as profas. Marta Emília Silva Vieira, Raimunda Erizeny Braga Cavalcante e Tania Maria Rodrigues Lopes, representando a COGEP/CEDEP; os professores Francisco das Chagas Miranda e Helena Costa Lopes de Freitas, representantes do MEC/CAPES; as profas. Cláudia Ibiapina e Norah Veras, representando a SECITECE – Coordenadoria de Educação Superior; os profs. Anízio Melo e Sérgio Bezerra e Silva Neto, representando a CNTE/APEOC; o prof. Edgar Linhares, representando o Conselho Estadual de Educação; a profa. Dione Soares Félix, Presidente da UNDIME-Ceará; a profa. Francisca Sirone Alcencia Freire, Presidente da UNCME-Ceará; a profa. Ma. Daniele de V. Coelho (UVA); as profas. Josefa Lineuda da Costa Murta, Elivânia da Silva Moraes, Nilson de Souza Cardoso e Francisco Fábio Castelo Branco (UECE); os Profs. Gilmar Lopes Ribeiro e Gina Maria de Aguiar (IFCE); o prof. José Aires de Castro (UFC); e a profa. Márcia Ma. Evaristo Pereira da SME/Horizonte. A profa. Marta Emília fez a abertura dos trabalhos, agradecendo a presença de todos, enfatizando as contribuições a serem recebidas pelo Fórum com a presença dos representantes do MEC/CAPES. Em seguida, a profa. Tania Lopes comentou em linhas gerais o foco da reunião: redefinir questões e adotar encaminhamentos em relação às ofertas para 2010.1; ressaltou a importância da presença dos representantes do fórum e das orientações provenientes dos representantes do MEC. Em seguida apresentou um documentário sobre o trabalho de orientação desenvolvido junto aos municípios, através da realização de 10 encontros com o apoio das CREDE, organizado por macrorregiões. Mencionou, como conclusão parcial do trabalho, *“que os municípios caminham com dificuldades, especialmente pela alta rotatividade das equipes nas SMEs, ocasionando uma descontinuidade nas ações; falta de conhecimento de secretários e técnicos sobre a dimensão da formação no PAR e os compromissos assumidos, validações desalinhadas do currículo e da realidade das escolas”*. Ressaltou o alto índice de ausência dos SMEs, geralmente substituídos por técnicos e/ou assessores, bem como, as dúvidas que permaneceram após as reuniões. Comentou o apoio recebido das CREDE, através dos coordenadores e assessorias técnicas. Após a exibição do vídeo, a profa. Izolda saudou e agradeceu os presentes, destacando *“os grandes desafios enfrentados para a operacionalização do Plano Nacional de Formação; a agenda de formação além de ser um acerto é muito importante para a melhoria dos indicadores educacionais em todo o Estado; a necessidade de reorganização de demandas e ofertas”*. Reconheceu o trabalho desenvolvido pela equipe da COGEP e as tentativas de agendar com o Exmo. Governador uma reunião para, juntamente com a SECITECE, discutir a situação dos polos. Em seguida facultou a palavra que foi tomada pela profa. Helena Freitas – MEC/CAPES. A representante do MEC iniciou saudando a todos, destacando que *“o momento é emergencial, flexível, demanda, no entanto necessidades específicas de acompanhamento e monitoramento de algumas situações”*. Ressaltou que apesar de muitos investimentos na formação de professores, este segmento ainda é *“marcado por profundas desigualdades no campo da valorização”*. O professor Pimentel tomou a palavra destacando as *“dificuldades no campo das ideias; o jogo de informação x*

*contra-informação pela CAPES, marcado principalmente pela falta de orientações e recomendações por escrito*". Destacou o trabalho da URCA no sentido de estabelecer articulação direta com os secretários e técnicos das SMEs e os professores sobre a situação das ofertas. Comentou que no Plano *"as IES representam o próprio governo e, nesse sentido é preciso criar a perspectiva de um trabalho mais efetivo com as SMEs, SEDUC e CAPES"*. Sugeriu que *"as informações sejam compartilhadas com todos os parceiros e que não sofram alterações durante o processo"*. Ressaltou a falta de definição da CAPES sobre a situação da URCA – ofertas de 2ª Licenciatura em Filosofia e Pedagogia. Algumas colocações motivaram a fala do prof. Nilson que destacou: *"os desdobramentos e encaminhamentos desta reunião devem focalizar a reorganização do processo seletivo com foco na correção dos problemas detectados na execução da primeira experiência"*. Mencionou a necessária compreensão sobre *"a temática da equidade para entrada na IES; informações solicitadas sem tempo de organização/sistematização dos dados; desorganização no armazenamento dos dados pela CAPES"*. O Prof. Aires destacou, com base nos comentários que *"a abstenção do processo seletivo foi decorrente da falta de informação e divulgação do certame, bem como a compreensão jurídica do processo seletivo"*. Com base nas colocações, a profa. Helena destacou que deve haver processo seletivo considerando: *"a durabilidade inicial prevista do plano; observar os critérios/perfil do processo seletivo; é papel das IPES fazer com que os professores ingressem e permaneçam na formação"*. Sugeriu *"criar uma câmara para discutir que currículo, que curso, que formação; a construção teórica é emergencial, bem como a adoção de outros critérios para incluir os professores com suas peculiaridades"*. Ressaltou que a qualidade da formação deve ser objeto constante de discussão e meta do Fórum. Destacando sua experiência disse que *"nem sempre a IPES tem clareza das necessidades da escola e que o objetivo da CAPES/PARFOR não é apenas certificar e sim formar os docentes da Educação Básica pública com qualidade"*. Recomendou que o processo seletivo coloque outras condições para o acesso dos professores, considerando sobretudo que a meta não é *"disponibilizar uma quantidade de vagas, mas sim oferecer uma formação de qualidade"*. Pediu a palavra o Prof. Anízio Melo que destacou: *"o Plano tem que ser visto enquanto política permanente; apesar dos esforços do MEC ainda falta informação; as IPES poderiam adotar como processo seletivo o exemplo adotado para a seleção do Magister; ampliar no Fórum o debate sobre a valorização do profissional, quebrando o paradigma da precariedade, impedindo que os professores temporários sejam excluídos"*. A professora HELENA, destacou que a *"Plataforma FREIRE tem que ser vista no Plano apenas como um instrumento/ferramenta. Outras questões mais importantes precisam ocupar a agenda dos componentes do Fórum, contribuindo para um trabalho mais articulado, além do mais, acordar proposta entre SEDUC, IES, UNDIME para definir o atendimento em caráter emergencial"*. Destacou também que o trabalho de orientação aos Estados e Municípios teve início em 2006 – o PAR – organizado a nível dos sistemas e seu planejamento real teve como base as necessidades, prioridades e realidades. Ressaltou que esse trabalho do PAR *"deve continuar definindo/redefinindo a sua necessidade em termos de formação e que é um grande desafio gerenciar 1.800.000.000 professores da Educação Básica"*. Solicitou a todos que encaminhassem suas sugestões visando o aprimoramento da Plataforma. A Profª. Izolda sugeriu o *"alinhamento das distorções entre as informações divulgadas e a situação real das ofertas"*. Recomendou ainda que se busque superar *"questões equivocadas relativas ao processo seletivo e manifestou mais uma vez a importância da parceria com a SECITECE para pensar melhor o ensino superior no Estado"*. Destacou que no Estado *"alguns processos são extremamente burocráticos porque obedecem às tramitações determinadas pelos órgãos de controle interno"*. Provocou a todos pensarem conjuntamente algumas situações específicas: *"quem são os professores que estão nas escolas que realmente estão desenvolvendo o trabalho pela melhoria da qualidade da educação básica pública; interação com as escolas através dos estágios; continuar expandido o modelo do PIBID; valorizar o professor em seu trabalho de investigação sobre a prática, compartilhando com os seus pares; incentivar e apoiar a formação em caráter regional; valorizar os professores convocados a compartilhar suas experiências numa perspectiva de dimensioná-la"*. A intervenção da profª. Izolda provocou algumas colocações pelo prof. Edgar

Linhares, que socializou dados de pesquisa permanente que está desenvolvendo a frente da presidência do Conselho de Educação do Estado – CEE. Segundo o professor, *“em todo o Estado são apenas 3.100 escolas credenciadas, contradizendo dados dos Relatórios do MEC, que afirmam a existência de 15.900 escolas. Destacou a urgência de “alinhamento e regularização destas escolas, pois 490 delas ainda estão em situação irregular”*. Mencionou o monitoramento frequente da realidade e funcionamento das escolas, *“nestas unidades há 78.207 professores registrados e 118.000 disciplinas sendo ministradas. Dos professores registrados, 30.5% possuem habilitação fora da área de atuação, 63.25% não possuem habilitação e apenas 6% apresentam habilitação/formação específica para sua atuação”*. Sugeriu que o Fórum articule um GT para concentrar esforços na revisão das cargas horárias dos cursos de formação de professores, bem como dos currículos das licenciaturas, programas e processos da formação, pois há uma *“clara caracterização de que a formação inicial é inconsistente e insuficiente para formar os professores e eles acabam indo para as escolas sem condições”*. Destacou que no Estado a formação continua prioridade, uma vez que *“o elevado percentual de abandono é porque o aluno não aguenta a escola, porque ela ainda não encontrou formas de incluí-los para aprender; permanece na escola brasileira a falta de base de leitura e raciocínio lógico”*. Sinalizou que o foco prioritário do CEE/2010 será a ampliação do número de professores da Educação Infantil; nesse campo procurará *“garantir um padrão de formação e de qualidade de vida para esses profissionais”*. Comentou o modelo de educação americana, destacando que o currículo neste país destina-se a formar cidadãos e não apenas e exclusivamente a aprovação no vestibular. Ressaltou que os dados no CEE revelam que 60,45% dos professores pertencem a rede municipal e, que há por parte do Conselho *“preocupação com a qualidade da educação do Ceará”*. Aproveitou para ressaltar o baixo investimento em educação, cerca de 4,5% do PIB e há uma *“grande expectativa de em 2016 sermos uma sociedade sem pobreza”*. A profa. Helena entrevistou destacando as contribuições do Prof. Edgar, ressaltando porém, *“como o Fórum poderá contar com o Conselho?”* Reconheceu que na trajetória da educação no Brasil detectou-se uma *“explosão do Ensino Fundamental e que toda a sociedade precisa ser envolvida num debate político tendo a educação como foco”*. Relativo às dificuldades encontradas pelas SMEs para participação dos professores, destacou: *“as IPES precisam redefinir algumas questões como: colocar todos os professores inscritos e organizar as turmas conforme suas próprias peculiaridades; definir caminhos para processo seletivo que inclua todos os docentes inscritos; informações detalhadas sobre formas de operacionalização das ofertas; processo seletivo considerando a realidade e necessidades das redes: as condições dos saberes docentes são desiguais, muitos estão sem estudos e leituras há anos, as condições de vida e trabalho dos professores, especialmente o Ensino Fundamental I, que os professores são trabalhadores que precisam continuar desenvolvendo seus trabalhos e que para isso necessitam da formação”*. Ressaltou que as Prefeituras e SMEs precisam *“dar condições para os professores participarem da formação, assegurando liberação e ajuda de custo; o gestor precisa definir claramente se tem condições ou não de apoiar os professores”*. Responsabilizou o Fórum a discutir formas de apoio aos professores e a constituição de grupos de estudo para fortalecer a formação; sobretudo que a CAPES precisa chamar os gestores municipais para passar a lição acordada no PAR. Recomendou a realização de seminário regulares com os professores do PARFOR. Como está sendo o desenvolvimento do curso. Convocou a todos a navegar pela plataforma conhecendo o curso em profundidade. Sobre as considerações da profa. Helena, o prof. Gilmar – IFCE, disse que sobretudo é preciso *“planejar estrategicamente”*. Objetivando contribuir com a discussão o prof. Pimentel acrescentou que a URCA *“irá realizar seminários com os cursistas do PARFOR – introdução aos cursos”*; propôs maior articulação SEDUC, IPES, UNDIME para efetivação do plano e foco no planejamento estratégico. Destacou a necessidade de *“maior envolvimento com o fórum – que as IPES deveriam reconhecer uma carga horária destinada as coordenações para as ações do fórum, a organização de grupos de discussão sobre o PARFOR, ofertas UAB e/ou presenciais”*. O prof. Nilson solicitou a palavra e propôs que as *“IPES se reúnam para organizar a forma de operacionalização das ofertas, as demandas que possam atender as necessidades do plano e a reorganização das próprias IPES para dar continuidade as ações do PARFOR”*. O prof.

Miranda ressaltou que o *“Fórum é de extrema importância, as divergências de posicionamento precisam ser esclarecidas para que as discussões modifiquem as decisões, a CAPES necessita acompanhar o Fórum de forma cuidadosa”*. Apresentou como sugestão uma Minuta do Regimento do Fórum do Pará, para que os representantes Cearenses analisem e alterem, conforme a realidade e necessidades locais. Sugeriu que sejam criadas câmaras específicas no Fórum para debater questões relativas à formação Inicial, Continuada, presencial, semi-presencial, a distância. A Prof<sup>a</sup>. Helena recomendou que uma *“reavaliação das ações do fórum e que a SEDUC e UNDIME se integrem para sensibilizar os municípios sobre condições objetivas para que os professores tenham condições reais de participar da formação”*. Agradeceu pelo convite e parabenizou a todos pelas discussões. Comprometeu-se em retornar às próximas reuniões. A prof<sup>a</sup>. Marta Emília agradeceu a presença de todos, ressaltou que com relação à validação das pré-inscrições há tranquilidade na SEDUC, pois tudo foi feito de forma consciente e responsável, consultando bancos de dados próprios (SIGE ESCOLA e SIGE-RH). Partiu em seguida para os encaminhamentos finais: por unanimidade foi decidido a realização de processo seletivo envolvendo as ofertas UAB e presencial; o fórum constituirá um grupo para formatar modelo da avaliação do PARFOR; informou que a reunião para decisões e encaminhamentos sobre o processo seletivo deverá acontecer na última semana de janeiro. Esgotadas as discussões a prof<sup>a</sup>. Marta Emília encerrou os trabalhos. Os registros escritos das falas foram transformadas nesta Ata, que após apreciada e/ou alterada pelos presentes será aprovada na reunião do fórum do mês de junho/2010.

Fortaleza, 14 de janeiro de 2010.